

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/12/2017

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.827, 4.851, 4.340, 4.450 e 4.559/2017 (relator: deputado Tiago Ulisses). Suspende-se a reunião. Às 12h55min, são reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos deputados Gilberto Abramo, Cássio Soares e Carlos Henrique (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 286, 665/2015; 3.316/2016 (relator: deputado Carlos Henrique) e 4.363, 4.364, 4.808 e 4.838/2017 (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Gilberto Abramo, presidente – Tiago Ulisses – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/12/2017

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Tiago Ulisses e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e discutir e votar pareceres de redação final. Suspende-se a reunião. Às 15h17min, são reabertos os trabalhos. Registra-se a presença dos deputados Gilberto Abramo, Tadeu

Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 11/2015, 3.677/2016, 4.355, 4.665 e 4.666/2017 (relator: deputado Gilberto Abramo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária das 18 horas na mesma data, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2017.

Gilberto Abramo, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

DISCURSOS PROFERIDOS NA 105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/12/2017

O deputado Fred Costa* – Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não vou utilizar aqui mais que 3 minutos, apenas vou dirimir as dúvidas que existem com relação a esse projeto. Quero deixar claro que a cota que estabelecemos aqui, zero para a pesca, diz respeito à pesca amadora e esportiva, logo nada tem a ver com a pesca profissional. Está aqui o texto para qualquer deputado poder ter certeza daquilo que está votando. Vou além, a maioria das pessoas que tomaram conhecimento, concordam com nosso projeto. Ele foi proveniente de sugestão e provocação daqueles que praticam a pesca de forma amadora e esportiva.

Recebi indagações de colegas deputados, em relação àqueles que hoje vivem da pesca, mas, embora sejam profissionais, não têm suas carteiras. E aí quero dizer o seguinte: é uma oportunidade de saírem da informalidade. Quantos médicos temos aqui? Eles podem exercer sua profissão sem CRM? Quantos advogados temos aqui? Eles podem exercer sua profissão sem OAB? E assim é em todas as profissões. Então aqueles que hoje praticam a pesca de forma profissional, que não têm ainda a carteira de profissional, que a providenciem e saiam da informalidade, mas isso não pode ser um motivo, uma exceção, para não aprovarmos a cota zero.

Além disso, quero dizer a V. Exas. que, eventualmente, veio um colega dizendo o seguinte: “Ora, e para aquele que vai lá uma ou outra vez por ano? Um pescador amador, que quer trazer seus 10kg para casa?”. Gente, tem de haver bom-senso. Se todos não derem sua parcela de contribuição, a biodiversidade será prejudicada, o profissional será prejudicado, e nós não teremos a mesma quantidade, e até escassez, de peixes num futuro próximo. Quem admite que possa levar 10kg ou mais já está praticando um ilícito, já está errado, ao fazer isso. E quem quer defender ou justificar dessa forma então admita o roubo, desde que praticado por ele, ou admita cometer qualquer ilícito.

Então quero aqui reafirmar que o nosso projeto diz respeito, tão somente, à pesca amadora e esportiva, sem prejuízo para a pesca profissional, mas garantindo a biodiversidade, garantindo os peixes para hoje e amanhã, assim como ocorre no Estado de Goiás, de forma meritória.

Quero lembrar ainda que outros três municípios do Estado de Minas Gerais já aderiram a essa prática e têm obtido enorme sucesso. Portanto, quero contar com o apoio e o voto dos colegas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Na semana passada, fui provocado pelos pescadores de Minas Gerais para discutir várias questões em relação ao registro da pesca, ao seguro defeso e a várias outras questões que, por sinal, estão atrasadas. Muitos pescadores profissionais, na verdade, não o são. Há outro lado: pescadores amadores que na verdade são profissionais, mas não têm carteira. Muitos dizem que pretendem fazer o documento, mas o Estado de Minas Gerais ainda está em atraso.

Sr. Presidente, caros colegas, quem será afetado por esse projeto? Temos a palavra de pescadores, inclusive profissionais, que aqui estiveram. Eu achei bonito porque eles são solidários aos amadores. Estava conosco o deputado Antonio Carlos Arantes, que

também fez uma defesa. Se esse projeto for aprovado, o simples pescador terá de escolher: ou leva a família para fazer o peixe na beira do rio ou ficará sem peixe, pois não vai levá-lo para casa, inclusive o peixe predador. O que está matando os nossos peixes? O pescador amador? Os próprios profissionais dizem que essa demanda é mais deles do que dos amadores. Em muitas usinas há matança, por falta de elevadores, que não funcionam da maneira como deveria. Além disso, há muita matança nos rios devido à poluição, e não aos pescadores. Essas palavras foram ditas por eles. Não são os pescadores profissionais, e muito menos os amadores, que estão acabando com os nossos peixes, deputado. Trago aqui um pedido de associações de pescadores de Minas Gerais, não apenas do Jequitinhonha, mas do Mucuri, do São Francisco, do Norte, que estiveram aqui na semana passada. Eles se mobilizaram por uma semana e nos chamaram para uma audiência. Aliás, esse projeto não estava na pauta do encontro, mas eles foram provocados e trouxeram a provocação. Então, peço a V. Exas. que pensem nisso. Foi feito algum estudo técnico? Foi feito algum estudo por bacia? Às vezes temos de proibir determinado tipo de pesca em algumas bacias. Mas houve estudo? Estamos pegando primeiro o pequeno, o amador, que muitas e muitas vezes pescam para sustentar a sua família.

Quero encaminhar esse projeto e peço a V. Exas. que votem “não” a ele. Quem sabe poderemos fazer um ciclo de debates, estudos, para comprovar onde estão os verdadeiros culpados, quer sejam eles do governo, quer não.

Eu posso dizer para vocês sobre a poluição. Vou dar o exemplo do Rio Jequitinhonha. Os pescadores estão, muitas vezes, passando fome e não podendo levar os peixes para casa, porque o peixe tem tumor, devido ao agrotóxico que é jogado em algumas plantações e que vai para o rio. Ou seja, existem fatores bem mais graves que estão matando os nossos peixes, e nós não temos coragem de colocar o dedo na ferida.

Gostaria de pedir aos companheiros que votassem “não” a esse projeto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Vou ser bastante rápido. A iniciativa dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos realmente é bastante louvável e vale a pena avançar e aprofundar no assunto. Agora, os pesquisadores que estavam aqui – não era pouca gente –, de várias regiões, veem esse projeto com uma certa preocupação, porque realmente a forma é muito radical. Aquele pescador que sai de Belo Horizonte e que vai passar um final de semana no rancho, se pegar alguns peixes, não pode trazê-los. E, se ele for a um pesque-pague, da mesma forma. Mesmo aquela família que faz a pesca para subsistência pode ser multada. Pensem, o cara pode sair do rio e encontrar a fiscalização.

Então, na realidade, vale a pena avançar nessa discussão, porque o projeto é importante, é interessante. Mas achamos que ele foi precipitado e que a grande discussão surgiu muito no calor das votações. A nossa preocupação é mais nesse sentido. Agora, vimos também que o grande problema da falta de peixes não é somente o excesso de pesca, mas, principalmente a Copasa, a poluição dos nossos rios por meio da Copasa, que hoje é a maior poluidora de Minas Gerais. Hoje, há esgoto a céu aberto para todo o lado. Há lugar que até tem peixe, só que na hora em que a pessoa o pesca e abre, ele cheira mal, porque está contaminado pelos esgotos. Precisamos trabalhar também na questão da preservação dos nossos rios. Então, vale a pena continuar a discussão desse projeto. Mas, em nosso entendimento, hoje, seria precipitada a aprovação dele. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Vanderlei Miranda* – Sr. Presidente, quero, como pescador e apaixonado pela pesca que sou, fazer a defesa do projeto como ele está voltando no 2º turno, que é diferente do projeto apresentado no 1º turno.

No 1º turno, o projeto proibia o embarque *ad aeternum*. Agora, para o 2º turno, está sendo apresentada uma emenda em que se limita a quatro anos a proibição do embarque. A pesca não está proibida, apenas o embarque. Falo como apaixonado pela pesca que sou. No Pantanal Sul, neste momento, acontece a piracema, e a pesca está proibida até o final de fevereiro, início de março. No Pantanal Sul, agora, pode-se pescar; no Rio Paraguai, pode-se pescar e soltar; no Rio Miranda, não se pode nem entrar.

No Pantanal Sul, há uma reserva ecológica chamada Abobral, onde há muito peixe. Há muitos anos, pode-se pescar, mas não se pode embarcar. Estou usando o Pantanal como referência porque é, com toda a certeza, uma das regiões mais frequentadas por pescadores, assim como eu, que defendem que seja dado um tempo para repovoar os rios, porque, senão, nossos netos já não terão peixes para pescar. Se você conversar com quaisquer pessoas que pescavam há 30 anos, 40 anos, 50 anos, elas serão unânimes em dizer que hoje já não há nos rios a mesma quantidade de peixes que havia naquela época. Ou seja, os peixes estão desaparecendo das nossas bacias.

É fato que tem a poluição, que contribui, descargas criminosas nos rios, que matam milhares e milhares de peixes, temos as barragens que não foram projetadas levando em consideração o tempo da piracema, para que o peixe possa subir e fazer a desova. Enfim, temos vários fatores que contribuem para o desaparecimento dos peixes. Mas nós, que gostamos da pesca, Sr. Presidente, precisamos defender que haja um tempo de repovoamento. E quatro anos, como está previsto na emenda, é um tempo bom. Eu tenho amigos pescadores profissionais na margem do Rio São Francisco, e vários deles vivem da pesca. Se não fizermos um trabalho de preservação, esses profissionais, dentro de alguns anos, já não poderão viver da pesca. Aqueles que dizem que são profissionais, mas não têm a carteira de pescador profissional, não podem ser considerados como tais, porque estão na ilegalidade.

Quanto à regulamentação do pescador profissional em Minas Gerais, isso é responsabilidade do governo federal. Agora, temos coisa mais séria a tratar, deputado Fred Costa. Por exemplo, temos em Minas Gerais o órgão que regula a pesca no Estado. Esse órgão não conversa com o órgão federal, que controla a pesca profissional, por exemplo. Então, temos várias situações muito complicadas nesse processo. Mas, conversando com amigos que são pescadores, a maioria, deputado Iran Barbosa, defende que devemos ter um tempo de repovoamento. Um tempo de não embarcar.

Vou dizer uma coisa. Este ano tive oportunidade de ir ao Pantanal em um feriado. Eu podia embarcar os peixes que peguei, mas soltei todos eles. Não estava proibido de embarcá-los, mas soltei todos, porque quero ver os meus netos também pescando. Principalmente em Minas Gerais. O Rio Paraopeba é riquíssimo em peixe, embora tenha muita poluição. Mas a tendência é desaparecer. Aqui em Minas Gerais temos o nosso grande rio da integração nacional, o Rio São Francisco, cortando o Estado, com muitos peixes, mas também correndo o risco de desaparecimento. Voltando ao Mato Grosso do Sul, está proibido o embarque do dourado por 10 anos. Não está proibido pescar. Há uma diferença entre pescar e embarcar. O projeto não proíbe a pesca, mas o embarque.

Precisamos, sim, que esse projeto seja aprovado. Os pescadores profissionais estão preservados, não estão proibidos de exercer a sua pesca profissional, assim como estão protegidos na piracema, recebendo do governo federal um salário por mês até que a pesca se abra novamente. Portanto, quanto ao pescador profissional, não há nenhuma lesão à atividade. Quanto ao pescador amador, que pesca de forma esportiva, esses com os quais converso defendem que deve haver, sim, um tempo para que os nossos rios sejam repovoados. Acredito até que quatro anos não seja um tempo ideal, mas já ajuda na preservação e no repovoamento dos nossos rios.

Falou-se aqui dos predadores. Em Minas Gerais, os predadores não estão nos rios, porque não temos jacarés, como no Pantanal, o qual é um grande predador. Não temos o tucunaré, que é um grande predador, ele está nas represas, não nos rios. Mas nas represas não encontramos as espécies que encontramos nos rios. Então, não temos problema com os predadores, porque os predadores que poderiam contribuir para o despovoamento não existem em Minas Gerais.

Então, não é esse o problema, não é essa a questão. A questão é de sobrevivência; a questão é deixarmos rios melhores para nossos filhos e netos, para as futuras gerações. É isso o que defendo; é por isso que encaminho favoravelmente ao projeto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fred Costa* – Deputados Antonio Carlos Arantes e Doutor Jean Freire, que vejo andar entre os colegas e solicitando votos contrários ao projeto, tudo isso é da democracia. Mas fiquei surpreso com os argumentos dos dois. Eles disseram que o pescador profissional é contrário ao projeto. Ora, se a proibição só vale para o pescador esportivo e amador, é óbvio que

melhora para o profissional. O deputado Doutor Jean Freire chegou ao absurdo de afirmar que mostraria os pedidos que recebeu. Eu o desafio: que mostre os pedidos. Ele disse que ia mostrar os pedidos, mas não tem um único pedido. Não tem um único pedido; se tivesse, teria mostrado.

Esse projeto foi solicitado pelo pescador amador e pelo pescador profissional e é bom para todos, porque garante que tenhamos peixes hoje e amanhã. Fazendo uma analogia, imaginem que um aposentado que recebe R\$1.000,00 tem um custo de vida de R\$2.000,00 e uma economia de R\$50.000,00 guardados. Assim, a cada mês ele tem de tirar R\$1.000,00 das suas economias; após 50 meses, já não terá de onde tirar. Aqui é a mesma coisa: se vamos continuar pescando e pescando, por mais que venham peixes, que nasçam peixes, vai chegar uma hora em que eles vão acabar. Então, é uma escolha. Aqueles que estão aí se dizendo defensores da pesca profissional, embora o profissional seja a favor do projeto, saibam que amanhã não vai ter peixe para o profissional, para o amador, para o esportivo, para ninguém. Então, tomemos uma decisão como a do Estado de Goiás em defesa dos peixes para hoje e para amanhã, para todos os segmentos que praticam a pesca, de forma amadora ou profissional, ou já não haverá peixes. Portanto, peço aos colegas que votem a favor do projeto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Mais uma vez quero chamar a atenção dos nobres colegas, sem entrar em questões pessoais e sem atacar ninguém. O deputado Fred Costa foi convidado a ir à audiência explicar o projeto, mas não foi. Pedi a seu assessor que o convidasse. (– Intervenção fora do microfone.) Mas não vou fazer ofensas nem desafiar ninguém. Só peço aos nobres companheiros que pensem mais em seu voto, porque esse projeto vai atingir a quem mais precisa. Só peço isso a V. Exas., sem fazer ofensa a nenhum colega.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior* – Não vou usar a tribuna nem tomar muito tempo. Quero apenas pedir o voto favorável ao projeto do deputado Fred Costa. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Anselmo José Domingos* – Presidente, deputados, deputadas, também quero encaminhar favoravelmente a esse projeto. Essa é uma demanda que temos recebido, especialmente no último mês, principalmente a partir do momento em que apresentamos um projeto com o mesmo conteúdo e na mesma linha desse, propondo, entretanto, que se limitasse a pesca como um todo – não só para o amador, mas também para o profissional. Entendo que neste momento esse é um passo importante para Minas Gerais.

Da mesma forma que Goiás implementou a cota zero, que Minas também implemente a cota zero em nossos rios, para que tenhamos uma perspectiva da recria dos nossos peixes e continuemos tendo a possibilidade de pescar. Sou um pescador e também tenho acompanhado com grande preocupação o desaparecimento das espécies nos rios mineiros. Portanto, é importantíssima a aprovação desse projeto que votamos hoje.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir* – Presidente, fui até o deputado Fred Costa e disse que a ideia é muito boa e pode ser aprimorada e que o melhor caminho seria pedir o adiamento da votação, estruturar a proposta, analisar quadro a quadro. Minas é muito grande, e há uma situação no Triângulo, outra no Sul, outra no Jequitinhonha. Pediria ao deputado Fred Costa que retirássemos o projeto, e assim então cada um poderia melhorá-lo, de acordo com a realidade de cada região. Em se mantendo o projeto, nós, do PSD, votaríamos “não”. Retirando, poderíamos reestudar.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Rosângela Reis* – Presidente, só a título de informação aos deputados, gostaria de dizer que, na minha região do Vale do Rio Doce, fui procurada por alguns pescadores logo no início do ano, por causa do decreto da Secretaria de Meio Ambiente permitindo a pesca para aquela região para os peixes exóticos, e proibindo para os peixes nativos. Isso porque o Vale do Rio Doce foi atingido com a lama da Samarco, e agora é necessário repovoar o Rio Doce.

Concordo com o deputado Duarte Bechir no sentido de aprimorar esse projeto, porque não podemos tratar todas as bacias de forma igual no Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais é muito grande, e temos de respeitar as regiões e suas características. Por isso deixo aqui a solicitação de retirada do projeto ao autor do projeto de lei, para que possamos discutir mais com a Secretaria de Meio Ambiente e com os pescadores do Estado de Minas Gerais. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Para quem votou 50 projetos nos últimos dias, 29 a mais ou a menos não tem problema algum.

Também faço um apelo para a retirada do projeto. Acho que é muito importante haver uma discussão muito maior. Se houver a possibilidade dessa discussão, Sr. Presidente, acho que seria boa essa ideia que foi posta agora. É coisa que vai mexer com várias pessoas de Minas Gerais, que é um Estado hoje também voltado para a pesca. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Presidente, eu também queria fazer um apelo ao deputado Fred Costa, para que pudéssemos retirar o projeto de pauta, para fazer uma discussão mais ampla, porque não houve uma audiência pública para ouvirmos as colônias de pescadores. Estou recebendo agora inúmeras mensagens de pescadores e de presidentes de colônias de pescadores também da região de São Francisco, de Januária, de Manga. Por esse motivo, eu gostaria, se possível, da compreensão do deputado Fred Costa para fazermos uma discussão, uma audiência pública, nas regiões em que há maior número de pescadores, como Januária, Pirapora, Manga, Ibiaí, nas cidades ribeirinhas do Rio São Francisco e em São Francisco. Por esse motivo eu gostaria de fazer esse pedido. Caso contrário, vamos encaminhar e pedir voto contrário ao projeto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Boa tarde, deputados e deputadas. Em primeiro lugar, queria agradecer aos colegas deputados a votação em 1º turno. O que esse projeto faz? Ele regulamenta uma legislação federal, o Estatuto do Desarmamento, que já concedeu o porte de armas para os agentes. Por que fiz esse projeto? Cada estado possui uma nomenclatura diferenciada para os agentes. Em Minas Gerais, os agentes foram separados em dois grupos, em duas espécies: agente é gênero; socioeducativo e prisional, espécie. Então, a legislação federal já concedeu a eles o porte. Como aqui são separados, fizemos uma legislação para fazer uma readequação. Aí tivemos todo o cuidado de conversar com a Secretaria de Segurança Pública, os próprios colegas e os sindicatos e fizemos uma legislação que faz a seguinte regulamentação: o agente socioeducativo terá direito ao porte funcional fora do serviço. Qual é a nossa preocupação? A nossa preocupação é com a vida desses profissionais que dão a vida e, hoje, estão desprotegidos.

Só para quebrar uma ideia: “Ah, mas esses agentes socioeducativos cuidam de meninos”. Não! Faço aqui um desafio a todos os deputados e deputadas. Não existe uma cidade que tenha vaga para internar um menor infrator. Quando um juiz determina uma internação por não haver vaga, o faz com base na seguinte regra: “Esse menor já matou 6, 7, 8, 9 pessoas. É reincidente no tráfico de drogas, no estupro, nos crimes violentos”. Aí, sim, o juiz determina, em último caso, a internação desse menor. Quem toma conta desses menores... Lembro que eles tomam conta de jovens de até 21 anos. Eles garantem a sua segurança com o quê? Com nada.

Quantas vezes esses menores já são ligados, com 16, 17 anos, ao PCC, às várias facções? Olham para eles e dizem: “Quando chegar lá fora, pegamos você”. E pegam mesmo. Portanto, nosso projeto garantiu que esses agentes não trabalharão armados, que só estarão armados fora do serviço, que terão regras rígidas, que não podem ter problemas psicológicos, que terão de

passar por testes e que, se tiverem licença, perderão o porte. Tivemos todo o cuidado do mundo para garantir a esses profissionais o direito mais sagrado que é o direito de garantir a sua vida. É isso que peço aos colegas. Obrigada.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, da mesma forma, também serei muito breve. Em que pese a eu ter 10 minutos para encaminhar o projeto, não passarei de 5 minutos, até porque estamos concentrados para limpar a pauta.

Queria chamar a atenção, ilustre deputado João Leite, que houve uma época em que os poetas, as pessoas que viviam da poesia e do lirismo, achavam que se combatia o crime com flores ou com outros expedientes menos eficientes do que os que o Estado tem à sua disposição. Há uma parcela de pessoas na sociedade que acha que o mundo do crime são flores. Estão redondamente enganadas.

Tive oportunidade de fazer uma audiência pública, deputado João Leite, quando trouxemos aqui os delegados de Passos. Lá os homicidas adolescentes de 15, 16, 17 anos de idade não passam cinco dias internados. Por quê? Porque o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite que eles fiquem em prisão para adulto. Se não tem o centro de internação, colocam na rua. O crime vem investindo para que esses adolescentes assumam crimes bem piores do que os praticados pelos próprios adultos.

Como relator do Projeto de Lei nº 1.973, em 1º turno, demos um parecer favorável, fizemos encaminhamento da votação da matéria, retornamos com o projeto à Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável novamente deste deputado. Os agentes penitenciários já possuem, os agentes socioeducativos necessitam. Por qual motivo? Para preservar e garantir a sua integridade física e a vida. Nada mais do que justo. Temos a responsabilidade de cobrar, de exigir um bom trabalho desses agentes, mas temos de dar as ferramentas, temos de dar a lei, temos de dar proteção. E a proteção a eles, neste momento, é a aprovação do Projeto de Lei nº 1.973, em 2º turno.

Portanto, como deputado do bloco Verdade e Coerência da oposição, também estamos orientando a votar “sim”, na defesa dos agentes socioeducativos do nosso estado.

O deputado Douglas Melo* – Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentar todos os agentes, porque, na verdade, eles lidam com o cidadão que passou por todos os processos na sociedade, mas que não conseguiu ser um cidadão de bem. Essas mulheres e esses homens aqui é que seguram aquilo que na sociedade não funciona.

Sr. Presidente, aproveito para parabenizar o nosso deputado Cabo Júlio por ter entendido que o sistema de segurança que temos no Brasil é um sistema que, infelizmente, diferentemente do que está acontecendo hoje nesta Casa, só enfraquece as instituições de segurança de nosso país. A cada dia, as nossas polícias estão mais frágeis.

Deputado Cabo Júlio, espero que, em Brasília, os deputados federais comecem a fazer o que V. Exa. está fazendo aqui, dando a arma para o cidadão de bem se defender, e não para o vagabundo jogar em cima de nós aquilo que ele quer fazer contra o nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, queria parabenizar o deputado Cabo Júlio.

Além disso, o deputado Sargento Rodrigues disse algo com que concordo: há muito filósofo na segurança pública que nunca se sentou para conversar com um policial militar, com um policial civil. Há muitos filósofos, há muitos poetas achando que segurança pública se resolve somente com base em algumas questões da sociedade que já provaram não ter impacto. Bandido é combatido com leis duras e com arma de fogo na mão. Lá em Pompéu vimos o que aconteceu. Quanto mais força esses caras tiverem na sociedade, principalmente quando a legislação os protege, quem vai pagar por isso é o cidadão de bem. Parabéns, deputado Cabo Júlio. Aos nossos agentes ressalto que podem ter a certeza de que esta Casa vai trabalhar ainda mais para que eles sejam mais fortes para combater os bandidos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, gostaria de me dirigir aos agentes que se encontram aqui para dizer que não estou fazendo nada mais que minha obrigação, ao defender a aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, desde 2009, quando eu era vereador na cidade Juiz de Fora, tenho presenciado a total falta de respeito com as instituições de segurança pública. Falo de diversas instituições, principalmente de instituições e profissionais que não têm condições de se defenderem, como a guarda municipal e os agentes que aqui se encontram. É inadmissível haver órgãos e instituições, deputado Cabo Júlio, de segurança pública e não darmos a eles a condição mínima para se defenderem. Chegou-se ao limite, chegou-se ao cúmulo de guardas municipais, na cidade Juiz de Fora, serem sequestrados dentro de seu próprio veículo. Até hoje, mesmo com a lei federal garantindo-lhes a prerrogativa de se armarem, a prefeitura não decidiu dar condições dignas a esses cidadãos. O *teaser* funciona? Funciona quando o agente de segurança achar que aquela é a arma ideal para aquele momento, mas o agente que trabalha na segurança pública tem de ter todos os aparatos para se defender.

Portanto, quero dizer que nós, deputados, não estamos fazendo favor, ao aprovarmos esse projeto. Esse projeto é justiça, deputado Cabo Júlio. Contem com o apoio deste deputado. Há alguns que ainda fazem certas alegações, como o fizeram na cidade de Juiz de Fora: “Ah, mas essa categoria não tem hoje condições psicológicas para ter arma. E se matar uma pessoa?” Ela vai responder como outro órgão responde. Se ela está na segurança pública é porque passou no concurso público e tem competência para exercer suas atividades, e tem de estar armada para dar segurança tanto para ela quanto para a sociedade. Parabéns pela mobilização de vocês.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado* – Presidente, quero dizer aos agentes de segurança prisional, bem como aos agentes socioeducativos, que sempre defendemos melhores condições de trabalho, melhores condições de renda, sempre. Esse é um compromisso público tanto meu quanto do deputado federal Weliton Prado, que está em Brasília defendendo o porte de arma para o homem do campo nos limites da propriedade, o que acho muito justo e legítimo.

Quero apoiar a luta de vocês porque, para garantir segurança pública para a sociedade – a faixa diz muito bem: é preciso dar segurança a quem faz segurança –, vocês precisam estar protegidos. Para realizar o serviço em defesa da sociedade, vocês precisam estar protegidos. Portanto, contem com nosso apoio. A luta de vocês é mais do que legítima e merecida. O meu voto será favorável ao Projeto de Lei nº 1.973. Parabéns a vocês. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Iran Barbosa* – Presidente, serei bastante sucinto para dizer que, a partir do momento em que Assembleia Legislativa recebe uma quantidade enorme de agentes de segurança prisional, principalmente de agentes socioeducativos, que defendem a segurança de se poder andar na rua sem medo, mas com medo de retaliação de menores, o Brasil está errado. Temos de dar essa segurança para as pessoas que estão enfrentando isso no primeiro ponto dessa barreira.

Hoje, o menor delinquente, o menor criminoso no Brasil não só acredita, como tem a certeza da impunidade, de não se tornar novamente um membro efetivo da sociedade e, principalmente, do poder, da habilidade de tirar uma vida e se manter impune. A partir do momento que essas pessoas estão precisando de segurança, é preciso dar-lhes, porque esses senhores e senhoras que estão aqui estão na linha de frente contra o crime. Por mais que se fale de crianças, muitas vezes, trata-se de pessoas extremamente perigosas, lembrando que esses agentes enfrentam casos de assassinato, de estupro, de tráfico, de assalto, de organização criminosa e de pessoas que têm a certeza de que, se forem presas com 17 anos e 364 dias, o máximo que vão ficar lá serão três anos. Depois vão poder sair e se vingar.

Aí, quando você vê que essas pessoas estão lutando para poder sair nas ruas sem sentir o medo, sem se expor a armadilhas, então, não é questão de escolher “sim” ou “não”. É dever da Assembleia amparar esses servidores, esses agentes que precisam ter a segurança de fazer o seu trabalho sem colocar a sua família e a sua própria vida em risco. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fabiano Tolentino* – Sr. Presidente, estamos aqui, nesta tarde, com a Casa cheia. O pessoal de todo o Estado de Minas Gerais, inclusive a minha cidade de Divinópolis e região, está ali. É importante virem pedir apoio porque, na verdade, para um projeto chegar neste momento à votação em 2º turno, vários apoios foram pedidos nesta Casa. Todos os deputados se colocaram também à disposição.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Brasil teve um erro no passado, em que nós, pensando no bem e na paz, desarmamos a pessoa de bem. Hoje todos os bandidos estão armados. Eles chegam a nossa casa, e já não temos condições de ir contra aquilo que está acontecendo. Então, temos de rediscutir qual a forma que queremos para o Brasil.

O porte de arma para o agente socioeducativo é mais que uma solução, porque, lá fora – e aqui foi muito bem dito –, vocês também são perseguidos por aqueles, segurando a ordem do Estado. Vocês estão lá dentro vigiando. Então, é muito importante que possamos fazer aqui essa reflexão de quanto temos de melhorar as nossas leis lá em Brasília, com penas mais graves e mais severas no Código Penal, no Código de Processo Penal, para que, realmente, quando aquele agente cometer um crime, possa ficar preso, submetido a leis severas. Aí está toda a questão.

Já estamos conseguindo trazer o porte rural de armas para quem mora no campo. Não tem jeito. Quem mora no campo está longe, está distante para se defender, e o bandido chega lá, mata, faz covardia. Aliás, meu pai mora no campo, é produtor rural e não tem como se defender como vocês, que lá fora também não teriam, até então, condições de se defenderem. Mas hoje vocês podem ter a certeza de que passarão a ter a defesa.

O meu voto é favorável, presidente. Parabéns, Cabo Júlio.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Leonídio Bouças* – Sr. Presidente, acredito que teremos unanimidade na votação, mas, se não a tivermos, apenas gostaria de dizer que, quando o deputado Cabo Júlio apresentou esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, fomos procurados por algumas pessoas preocupadas com o armamento. O Cabo Júlio e eu conversamos muito com os membros da comissão e sentimos a necessidade de dar a segurança que esses homens e mulheres que trabalham no sistema prisional necessitam.

E mais ainda – e queria apenas dizer àqueles deputados que ainda não sabem –, os agentes prisionais, esses homens e mulheres, estão tendo de ser escoltados, em algumas cidades, para irem de casa até o trabalho. Isso é vergonhoso. Ainda não sei qual será o final de toda essa discussão sobre o armamento no Brasil de forma geral. Mas, pelo menos, temos de garantir aos homens e às mulheres que trabalham no sistema prisional o direito de ter o porte de arma. Não tenho dúvida disso. Por isso peço o voto favorável a todos os deputados.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, estamos aqui com homens e mulheres que precisam se defender não de criancinhas nem de juvenzinhos inocentes, mas de jovens estupradores, latrocidias, homicidas contumazes no crime. Jovens que usam a lei penal brasileira como salvo-conduto para a prática dos seus delitos. Não podemos aceitar. Temos o caso clássico do menor bandido, o Champinha, em São Paulo, homem que estuprou, matou e degolou. Vimos, em Brasília, a deputada Maria do Rosário, grande ícone da defesa dos vagabundos e dos jovens bandidos, se levantando em defesa desse tipo de vagabundo contumaz. Temos aqui homens e mulheres que precisam se defender desses criminosos porque as suas famílias estão desprotegidas. Quando aqueles criminosos contumazes saem do regime, diretamente querem se vingar dessas mulheres e desses homens justos e trabalhadores. O porte de arma de fogo para essas mulheres e esses homens trabalhadores permite garantir a defesa das famílias. E garantir a defesa das famílias, Sr. Presidente, é garantir que a célula *mater* da sociedade esteja protegida. Em decorrência disso, é a garantia da proteção da própria sociedade mineira. Então, encaminho o voto “sim” pelo porte de armas. Dignidade para o socioeducativo!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Missionário Marcio Santiago* – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os agentes socioeducativos. Estamos aqui recebendo os agentes de Juiz de Fora, nossos amigos e companheiros. Tenho a certeza de que esse projeto beneficiará toda uma categoria e será um presente de Natal merecidíssimo para essa classe. Estamos também, presidente, aguardando ansiosamente que seja pautada a 4.148 para resolver um problema crônico do sistema prisional no que tange aos agentes contratados.

No mais, gostaria de parabenizá-los. Tenho a certeza de que todos os deputados votarão unanimemente por esse projeto. Parabéns a todos os agentes.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Veja bem, vou mudar meu voto no 1º turno e vou votar “não” a esse projeto. Voto “não” pelos argumentos que estão sendo expostos aqui. Nunca imaginei que, em 23 anos de mandato, ouviria aqui nesta Casa tantos argumentos preconceituosos, desanimadores e anticristãos.

Em 2015, morreram por causas violentas no mundo 1.300.000 pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde. Está no texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica da Igreja Católica e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs – Conic –, que vai se iniciar na quarta-feira de cinzas do ano que vem. São dados da Organização Mundial da Saúde. Pasmem, minhas senhoras e meus senhores, 800 mil morreram por autoextermínio, suicídio; entre morte contra outrem, agressão ou semelhantes distribuem-se umas 250 mil mortes! Pasmem mais ainda, conflitos globais causados por guerra ou qualquer tipo de ocorrência em conflito de ruas, 70 mil pessoas! É interessante que 40% dos mortos desses 1.300.000 – e o tema da Campanha da Fraternidade aborda fraternidade e violência, é um texto que será norteador no ano que vem – foram mortos por arma de fogo. Então, acho que temos armas de fogo de mais na sociedade.

Primeiramente, precisamos fazer a distinção do que é bandido e do que é cidadão de bem. O que é bandido? É só aquele que está atrás das grades? Ou é aquele que exerce o mandato parlamentar com indignidade ou é um agente do governo que permite que entre celular e droga dentro de unidade prisional ou socioeducativa? Quem é bandido? Essa é a grande questão. O tema da fraternidade do ano que vem nos convida a uma reflexão: “Vós sois todos irmãos”.

Então, vou mudar o meu voto pelos argumentos aqui expostos. Quero dizer aqui que Maria do Rosário não é defensora de vagabundos, como eu e João Leite já fomos acusados aqui tantas vezes. Ela é defensora dos direitos humanos. Em qualquer país com dignidade, defender direitos humanos é visto como tal. Então, anuncio, deputado Cabo Júlio, que estive aqui presente no 1º turno de votação e que, pelos argumentos apresentados, meu voto a esse projeto é “não”.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fred Costa* – Sr. Presidente, por uma questão de convicção ideológica neste momento, sou a favor de facultar a qualquer cidadão de bem o uso ou não de arma de fogo. Em se tratando especialmente dos agentes socioeducativos, parte-se do princípio de que eles estão com pessoas que representam periculosidade até 21 anos de idade, senão não estariam sob os cuidados do poder público, do Estado, fazendo-se, então, fundamental esse uso. Houve um colega que falou que era solução. Vou além, não é solução; é necessidade.

E vou além: como eles ou os policiais militares ou o agente prisional, tratando com bandido que muitas vezes utilizam fuzil, vão tratar apenas com conversa ou pétalas de rosa? Isso é absolutamente inexequível. Então queria cumprimentar o deputado Cabo Júlio pela iniciativa, pois isso é mais do que necessário. Parte-se do princípio e acredito que todos estão aptos, sim, e preparados, porque, se não estivessem, não poderiam exercer a função que exercem. Aproveito para fazer um apelo. A Polícia Legislativa Federal usa arma de fogo, a Polícia da Câmara Municipal de Belo Horizonte usa arma de fogo, porque a Polícia Legislativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais não usa arma de fogo? Ora, se têm a denominação de polícia, é preciso que tenham o direito de também utilizar arma de fogo.

Antes que alguém fale que estou querendo segurança particular, quero aqui fazer uma afirmação. Defendo a ideia de utilizarem arma de fogo para defender o patrimônio, para defender os visitantes, para defender os trabalhadores. Particularmente, é muito provável que nem candidato a deputado estadual serei. Tudo leva a crer que não disputarei a eleição para deputado estadual. Então, longe de mim fazer qualquer tipo de discurso de interesse em defesa de deputado, pensando que estarei aqui na próxima legislatura. Mas, por uma questão de coerência, sou a favor do uso da arma de fogo para o agente prisional, para o agente de segurança socioeducativo, para o cidadão de bem e também para a Polícia Legislativa. Portanto, o meu voto é “sim”. Encaminho pelo “sim”. Parabéns, Cabo Júlio.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, vimos que o que se reflete aqui hoje é o que está acontecendo com a sociedade brasileira. O deputado Durval fez a colocação do discurso cristão, da minha própria Igreja Católica Apostólica Romana, o que é o cristianismo, a tolerância ao crime e o perdão. Temos o exemplo do Papa João Paulo II, daquele que o machucou. Mas, a sociedade brasileira está numa situação muito difícil, porque nós hoje temos um nível de violência que não se vê em lugar nenhum do mundo. E quem acha que questão de segurança pública não é questão de filosofia está certo, porque não é, e, na verdade, o pessoal que tem essa visão não entende que o Brasil hoje está mais perigoso que o Líbano. Se brincar, está mais perigoso que a Síria, que está em guerra civil. É mais fácil ir a Balbeque, a 30km da fronteira da Síria, que ir à favela da Rocinha.

Vejam o que fizeram em Uberaba. Chegam com armamento, granada, fazem 4 horas de cerco, tiro, arma ponto 50, arma ponto 30, jogam no chão pregos, derrubam eletricidade, fazem um verdadeiro saque, que você só via no século XVIII nos Estados Unidos da América, quando se explodia um trem ou uma diligência para roubar ouro. Estamos numa violência no Brasil que não existe em lugar nenhum do mundo.

A Índia tem 1.200 milhões de habitantes, é muitas vezes mais pobre e miserável que o Brasil, tem uma distribuição de rendas “n” vezes pior que a do Brasil, foi uma sociedade de castas no passado, e é menos violenta que o Brasil em números absolutos. Se vocês forem à Rússia, à Ucrânia e à África do Sul, os caixas eletrônicos ficam no meio da rua, tomam chuva. Se você for à Austrália, as portas de bancos são de *blindex*, não têm roldana, não têm proteção. Se vocês forem ao mundo inteiro, as coisas não estão assim. Vá ao Oriente Médio, à Ásia, à América do Norte e à Oceania, e nada é igual ao que se tem na América Latina, no México, no Brasil e em alguns outros países. Então no Brasil, qual é a resposta do povo? Bolsonaro. Por quê? Porque vê esse discurso cristão, Durval, que você fez, e falam: “Estupraram minha filha, mataram meu filho, roubaram a minha casa. Passei a noite escutando explosão em Uberaba e estou louco”. O que é isso? As pessoas vão tendendo a se radicalizar, a largar o cristianismo de lado e ir para a bala, porque ninguém quer ser morto, estuprado ou violentado nessa situação. Essa é a grande discussão. A segurança pública é o grande problema do Brasil hoje, porque o povo no Rio, em São Paulo, Uberaba e Uberlândia, e até em Jequeti está com medo de estourarem caixas eletrônicos. Os caras entram na cidade de caminhonete atirando para cima, igualzinho no século XVIII nos Estados Unidos da América. Em lugar nenhum do mundo existe isso. E aí, não vamos tomar uma providência? O povo quer fuzil, quer bala, quer execução e pena de morte.

Nós é que somos os culpados disso, porque essa situação chegou a esse ponto, veio crescendo em todos os governos ao longo de muito tempo, desde o fim da ditadura militar. Na verdade, essa é a resposta. Vou votar esse projeto porque estamos no Brasil dos Estados Unidos do século XVIII, nós estamos num país que não tem lei, nós estamos num país onde prenderam mais de 10 delegados da Polícia Civil em Uberlândia, chefe de departamento, inspetor. O povo perdeu a confiança na polícia investigativa e na Polícia Militar, deputado Sargento Rodrigues. O povo quer soluções violentas. Isso não é bom para o humanismo, para a democracia, para o cristianismo – somos cristãos. Mas é isso o que está na cabeça do povo nas ruas e na hora de apertar o dedo e votar. Tomem cuidado, humanistas e filósofos! Se não resolvermos o problema da segurança pública, o País vai caminhar para uma situação radical que não agrada a ninguém. Aí o cristianismo será rasgado. Muito obrigado. Devolvo a palavra ao presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Vanderlei Miranda* – Sr. Presidente, relutei em vir aqui para falar, mas depois de ouvir o encaminhamento de vários colegas, senti que tinha o dever de fazer a mesma coisa. Foi dito que é preciso separar o cristianismo desse assunto que está sendo discutido. É preciso lembrar que, na Polícia Militar, por exemplo, há muitos soldados, sargentos, cabos e oficiais que são cristãos e usam suas armas.

Já que foi citada a questão do cristianismo, há muitos agentes que hoje também, embora cristãos, usam as suas armas no serviço. Creio que muitos policiais militares, que, mesmo tendo o direito de usar as suas armas fora de serviço, preferem não usá-las. Isso não significa dizer que todos usarão essas armas, mas sim aqueles que se sentirem ameaçados.

Para não me estender muito, usando uma referência bíblica, o apóstolo Pedro andava armado. A prova é que, num determinado momento, a Bíblia diz que ele cortou a orelha do servo do sumo sacerdote, e Jesus disse a ele para guardar a sua espada na bainha novamente. Jesus não mandou ele jogar a espada fora. Ou seja, ele estava usando a sua arma.

Com isso, estou defendendo a violência? Não, não, não, de forma alguma. Estou defendendo... Se os senhores me permitirem concluir a minha defesa ao projeto de vocês, eu ficaria satisfeito. O que quero dizer é que não podemos confundir o que se está se defendendo aqui com uma questão religiosa. Não se trata de uma questão religiosa, mas se formos tratar também como uma questão religiosa, o princípio mais valioso que a Bíblia defende, assim como a Constituição, é a vida. E a vida... Podem ficar tranquilos, vai haver recomposição de quórum, fiquem tranquilos.

A minha defesa, deputado Cabo Júlio, e o meu encaminhamento são no sentido da aprovação, mesmo porque acredito que, se fosse eu no lugar de qualquer um dos senhores ou das senhoras, exercendo a função que exercem, gostaria de poder ter alguma forma de me defender. Não é arma para atacar ninguém. É preciso entender que é arma para a sua própria defesa, a autodefesa.

Por essa razão, pedindo desculpas por mais essa intervenção, encaminho o voto favorável.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Só pela ordem, até o pessoal acabar de bater o papo lá fora – está cheio lá fora – e entrar para votar.

Gostaria de lembrar que não podemos ter dois pesos e duas medidas. Há aqueles que tomam conta dos presos maiores, mas menores. E agora há esses aqui que também tomam conta dos presos menores, que são maiores do que o Caixa. Há menino pequenininho que já matou três vezes, quatro vezes e é maior do que o Caixa. Então, ninguém aguenta mais, tem de armar todo mundo.

Para finalizar, gostaria de agradecer todos que vieram aqui hoje acompanhar a votação. Muito obrigado por esta homenagem ao América. Aqui está parecendo o Independência em dia de jogo. Todo mundo de verde e votando favoravelmente agora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fred Costa* – Presidente, foi obra de acordo nesta Casa que cada deputado indicasse dois projetos de lei que seriam votados. Então, neste primeiro momento, o que peço aos colegas é a garantia de que o projeto de minha autoria e do deputado Noraldino Júnior continue fazendo parte do acordado, ou seja, sendo submetido ao processo de votação. Se algum deputado se opõe a ele, isso faz parte do processo democrático, faz parte do Legislativo, onde temos o contraditório. Mas, neste momento, quero que nos seja garantido que o projeto que proíbe a utilização de animais em experimentos para cosméticos e outros seja colocado em votação.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gilberto Abramo* – Quero deixar bem claro que não sou contra o projeto de maneira alguma; sou favorável a ele.

Mas está se tornando praxe nesta Casa que deputados que têm interesse na aprovação de um projeto distribuam o telefone dos colegas para que as pessoas encaminhem mensagens obrigando-os a votar favoravelmente ao projeto. Não estou dizendo que seja o deputado Noraldino Júnior, o deputado Fred Costa ou a própria assessoria, mas não autorizei quem quer que seja a dar meu celular para ninguém. Não autorizei e não autorizo. Somos pessoas públicas; o telefone do gabinete e o nosso *e-mail* são públicos, mas o meu celular é particular. É meu celular. Quem faz isso não merece minha confiança e foi por isso que apresentei esse requerimento, que mantenho até o momento.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior* – Em primeiro lugar, quero manifestar meu apoio às palavras do deputado Gilberto Abramo no que diz respeito à divulgação de telefones dos deputados. Ontem, tive uma conversa com dois colegas que nos pediram para fazer uma mobilização. Posso dizer que pedi a todas as pessoas que acessassem o *site* da ALMG, pegassem o *e-mail* dos deputados e dissessem os motivos que as levavam a querer que esse projeto fosse aprovado. Mas digo ao deputado Gilberto Abramo que não faria isso em hipótese alguma. Aliás, nem preciso fazer esse pedido, pois já pedi pessoalmente a todos os deputados. O que pedi, institucionalmente, foi que entrassem em contato por meio do *e-mail* dos deputados, porque é um projeto de interesse público para Minas Gerais e, para mim, é um projeto de grande relevância.

Por isso, deputado Gilberto Abramo, entendo perfeitamente a sua indignação com quem fez isso e acho que teríamos condições de saber de onde veio isso, para que não mais aconteça, mas queria pedir encarecidamente que retirasse o requerimento. Entendo V. Exa., mas se V. Exa. pudesse retirar esse requerimento seria muito bom, pois esse projeto é muito importante para mim e para dezenas de pessoas. Entendo a angústia e a indignação de V. Exa. e pediria a esta Casa que fizesse um levantamento para sabermos de onde veio o número do telefone desses deputados e quem passou esses números, até porque também não concordo com esse tipo de manifestação. Eu, por exemplo, estou sendo incluído em diversos grupos da Câmara dos Deputados, de que nem faço parte, fazendo mobilização para que eu vote projetos do governo federal. Então, deputado Gilberto Abramo, se V. Exa. puder atender ao meu pedido, vou ficar muito grato. Mantenho o meu apoio à sua indignação e peço à Assembleia Legislativa que faça esse levantamento.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Quero referendar as palavras do deputado Gilberto Abramo, presidente, e dizer do gesto de irresponsabilidade. Aqui ninguém nasceu ontem, não há ninguém aqui imaturo. Lista de telefone particular de deputado não é para ser lançada, para que apoiadores de projetos possam encher as nossas caixas de mensagens. Cada um atende do jeito que quer. Se o deputado quer passar o seu telefone para todo mundo, isso é uma deliberação dele. Mas passar a lista dos telefones dos colegas deputados, o gesto é de irresponsabilidade.

O requerimento, o pedido de adiamento, foi feito exatamente por esse motivo. O encaminhamento do projeto, que pensávamos também em votar favoravelmente, ganhou outro contorno, porque, infelizmente, faltou um pouco de responsabilidade no processo. Portanto está mantido o requerimento, e peço a V. Exa. que o submeta à votação.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, pedi para encaminhar a matéria apenas para, deputado Durval Ângelo, V. Exa., como líder, e deputado Gustavo Corrêa, que esse fato fique registrado na Casa, deputado Gilberto Abramo, e que sirva de exemplo. Se o deputado quer fazer convencimento, ele está dentro do Plenário, e tem acesso ao que nenhum outro cidadão tem.

Ele está dentro do Plenário. Ele faz o convencimento dos seus pares no Plenário, na tribuna, nas comissões, não com o gesto de irresponsabilidade como foi feito. Você recebe uma mensagem e não sabe de onde é, quem é a pessoa. Daqui a pouco você não sabe que tipo de mensagem vai receber, por quê? Porque você não conhece a pessoa, você não sabe quem é a pessoa. Então, que esse problema, presidente, fique registrado nos anais desta Casa, para que, em outros momentos, em outros projetos, qualquer deputado desta Casa possa fazer a mesma coisa. Pergunto: é ético fazer isso com os colegas? Não tenho nada contra o projeto. Mas,

deputado Gilberto Abramo, assim como V. Exa., que também não é contra o projeto, sou contra o gesto. Mas não aparece ninguém aqui. Não aparece ninguém para dizer: “Olhem, fui eu quem fiz isso.” Não vai aparecer. Não vai aparecer, para chamar para si a responsabilidade. Vai jogar num pai de santo, na Mãe Dináh, vai falar que é qualquer um. Mas não vai aparecer o cidadão que tomou essa iniciativa. Quer pedir ao deputado? Que o faça com convencimento. Acabamos de votar aqui o projeto do deputado Cabo Júlio. Vários deputados vieram aqui e se manifestaram. O deputado líder do governo se manifestou contra. Alguns o acompanharam; os demais não. O deputado está dentro do Plenário, deputada Rosângela Reis. Ele tem condição de fazer aqui o *tête-à-tête* com o seu colega, na comissão, no Plenário, antes ou durante a votação. Mas não é com um gesto de irresponsabilidade, colocando o telefone de todos os colegas deputados. O gesto, presidente, é de irresponsabilidade. E que fique gravado nos anais desta Casa que, caso aconteça fato semelhante novamente, o conjunto dos deputados, assim espero, não permita isso e reprove o projeto de iniciativa daquele parlamentar. Volto a repetir: irresponsabilidade, molecagem.

O deputado Fred Costa* – Primeiro, que fique claro e evidente que uma característica minha, neste Parlamento, é ser aguerrido e defender com galhardia, afínco e dedicação aquilo que acredito ser o melhor para a sociedade. Não tenho menos ombridade e dignidade do que qualquer um que possa ser ou não egresso do sistema de segurança. Não preciso provar nada para ninguém aqui. Eu também recebi a mensagem, hoje, como recebi, num passado recente, quando tratávamos de uma questão de segurança. Gostaria de saber, inclusive, quem foi o parlamentar que mandou expor todos nós, em que pese achar que cada um de nós, por estarmos aqui nesta Casa, temos o dever da transparência. A transparência dos atos públicos é algo constitucional a que estamos submetidos e pela qual, cada vez mais, a população clama. Então, as minhas atitudes, os meus atos são transparentes. Não concordo que multipliquem os nossos números de telefone. Não tenho de provar nada para nenhum dos outros 76 deputados que estão aqui presentes. Não fui eu quem o fiz, mas repito: tem de ter transparência esta Casa.

Em relação ao projeto, especificamente, o que tratamos é dos testes para cosméticos e outros poucos. Na Europa, já é proibido. Aí, alguns deputados muito zelosos, cuidadosos – cito aqui o deputado Lafayette de Andrada, que me perguntou: “Fred, está bom. Mas, qual é a alternativa?” A alternativa é a tecnologia *in vitro*. Na Europa, isso já é proibido há mais de 10 anos, e a tecnologia *in vitro* se mostra 100% eficaz e é a alternativa. É uma tendência em todo o mundo não utilizar animais para experimentos com esse fim específico. Então, deveria Minas Gerais, numa tendência mundial proibir a utilização de animais para fins, sobretudo, de cosméticos e outros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Quero dizer ao povo de Minas Gerais que o meu telefone, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, é 34 98405-4443. Mande WhatsApp, ligue para mim e encha o saco.

Tenho cinco mandatos de vereador. Comecei com 2 mil votos, fui para 3 mil, para 5 mil e para 8.700, porque atendo a D. Maria, o Sr. Joaquim, a dona do prostíbulo, o Sr. Antônio, o açougueiro, o general, o coronel, o carroceiro. Isso é de minha origem, de minha formação. Na verdade, podem passar o meu telefone para quem vocês quiserem. Quando estou no supermercado, o povo me aborda e respondo. Faço comício, estou na rua e no campo. Em tudo quanto é lugar a que vou, não esquento de dar meu telefone. Pode falar. Se sou um representante... Se fosse prefeito, não gostaria, porque teria de administrar 23 secretários, 23 secretarias, um orçamento de R\$2.000.000.000,00. Assim não poderia dar o telefone para todo mundo, senão não seria possível administrar o governo do Estado, a cidade, a presidência da República. Mas o parlamentar representa o povo, ele tem que ouvir, ouvir, ouvir, ouvir e ouvir e tem que ser acessível. Quem não tem de ser acessível é o Poder Executivo. Se tem de ouvir o que o povo fala, terá de fazê-lo por nós, por meio da mídia, da imprensa e do bom senso.

Portanto, o meu telefone não acho ruim informar. Deram para os professores designados. De vez em quando, o Rogério manda me colocarem nos grupos do PT. Eu começo a bater neles, e eles me retiram. Eles me deletaram do grupo, Rogério. Eu começo a brigar com eles no grupo, e eles me retiram. Você mandou me colocar no grupo do pessoal do Ipsemg. Eles me arrancaram. No

outro, no dos professores designados, também me arrancaram. É o povo do Sind-UTE, o povo do PT que não gosta de me ouvir. Se me colocaram no grupo, vão ouvir. E, se me mandar, vai ter resposta, porque sou um empregado do povo e devo fazer isso como parlamentar: ouvir para ser ouvido também. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Não vou perder a oportunidade, já que estou ao telefone. Uma eleitora minha me falou: “Alencar, quero ver se você vai fazer como o deputado que está falando agora.” A televisão que criamos foi para isso. Estamos ao vivo, ela está falando e vou dizer a ela. Ele falou que ele tem cinco mandatos. Eu tenho oito. Comecei com 3.014 votos em Belo Horizonte – não posso perder essa oportunidade. Como vereador, obtive 4.600; cheguei a esta Casa com 15 mil. O último mais votado; o Ivair foi o mais votado, com 34 mil. Passaram-se quatro anos, fui o mais votado do meu partido, com 42 mil, 41 mil, 52 mil, 62 mil, 72 mil e, agora, com quase 80 mil votos, porque o meu telefone é o mesmo, é 9981-8572.

Com um detalhe: ele recebe telefonemas só de eleitores e os do grupo. O Alencar recebe, além de eleitores, os torcedores, porque sou presidente do melhor clube de Minas Gerais, bicampeão brasileiro. Sabe o que é isso, Sr. Presidente? É muito torcedor, é muito eleitor. E meu telefone continua o mesmo.

Falei com o Caixa sobre o recorde no último campeonato, no último jogo no Independência: o maior público que o Independência já viu foi a torcida do América.

Sr. Presidente, para finalizar, é um momento de concentração nesta Casa. Estamos encerrando um período agora e temos que lembrar: vamos votar.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dirceu Ribeiro* – Caro presidente, também sou parlamentar. Já fui prefeito duas vezes, e minha casa e meu telefone estão à disposição dos filhos de Deus. Somos todos iguais, somos filhos de Deus. Não tem que esconder nada de ninguém. O meu telefone é: 32 98809-3930.

E mais: tenho orgulho de estar nesta Casa, tenho orgulho de participar desta legislatura, gosto de ser respeitado e gosto de respeitar a todos. Gosto de respeitar a lei e gosto de ouvir quando estou errado e de corrigir. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bosco* – Sr. Presidente, caros deputados e deputadas, esse projeto visa autorizar o nosso governador a doar ao Município de Araxá imóvel de propriedade do Estado que há no setor norte da cidade, objetivando o aprimoramento do trânsito naquele setor.

Mas gostaria, com a permissão dos colegas deputados, Gustavo Corrêa e todos os nossos parceiros nesta Assembleia, de aproveitar, Sr. Presidente, para render as nossas homenagens a nossa querida cidade de Araxá, que completa, no dia de hoje, 152 anos. Araxá hoje está em festa, com várias inaugurações, com festa na câmara municipal, onde várias pessoas estão recebendo título de cidadania araxaense, bem como a Medalha Dom José Gaspar.

Por questão de ofício e trabalho, não estamos lá participando dessas festividades, mas estamos aqui defendendo os interesses de Araxá e de toda a região.

Então quero aqui mandar um abraço a todo o meu povo de Araxá, presidente, e felicitar a todos pela grandeza, pela beleza e pela importância da nossa cidade para Minas e para o Brasil, porque temos a graça e a satisfação de ter um dos solos mais ricos deste país, onde há a maior mina de nióbio do mundo, que faz a diferença para a economia de Minas Gerais e do Brasil. Mas, além das minas e do nióbio, temos lá um povo da melhor qualidade, um povo do bem, um povo trabalhador. Então fica aí o nosso abraço ao meu querido povo de Araxá, pelos 152 anos de emancipação política.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, quero parabenizar o deputado Bosco e dizer que nós, lá da cidade de Uberlândia, achamos que melhor que o nióbio de Araxá é o povo de Araxá. A minha avó já ia lá em 1915, no Hotel Rádio, com o meu avô, a cavalo, da roça, para tomar aquelas águas do Hotel Rádio. Desde os meus 2 anos de idade, vou a Araxá, no Hotel da Previdência, que é o Ipsemg, e no Hotel do Barreiro. Araxá é uma cidade agradabilíssima, de um povo encantador, uma cidade que hoje está fazendo aniversário, e nós, de Uberlândia, sempre fomos lá passear, divertir e, acima de tudo, comer os doces da D. Joanhinha, nos bons restaurantes de Araxá. É uma cidade pacífica, tranquila, que merece o respeito de todos os mineiros no dia do seu aniversário.

Parabenizo o deputado Bosco, porque Araxá, sem dúvida, se destaca não só pelo turismo, mas pela mineração, por sua economia e pelo Grupo Zema. É uma cidade importante do Estado de Minas Gerais, e gostamos das cidades do Triângulo Mineiro, porque fomos criados por ali. Fomos passear ali. Identificamo-nos com aquela cidade. Se a minha avó já ia ao Hotel Rádio, em 1915, 1920, com o meu avô, fui ao Hotel da Previdência antes e depois da reforma, fui ao Grande Hotel antes e depois da reforma. Araxá, parabéns pelo seu aniversário. O deputado Bosco está de parabéns por esse projeto.

Quero dizer ao povo de Araxá que contem conosco no que precisarem para defender a cidade que nasceu dos índios araxás, que nasceu da sua riqueza do fosfato, que nasceu da sua riqueza do nióbio. Aquelas águas sulfurosas, aquelas águas radioativas, que tão bem fizeram ao povo para desestressar, merece essa consideração, o carinho e a aprovação dos deputados nesse projeto que doa esse imóvel, para o qual o deputado Bosco nos pede aprovação no dia do aniversário daquela cidade. Araxá pode contar com o deputado estadual Felipe Attiê.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* – Presidente, vou encaminhar rapidamente, em nome de todos os deputados do bloco de oposição, para dizer que sempre fomos favoráveis ao enxugamento da máquina pública. Votaremos contrariamente a esse projeto por entender que o que o governo do Estado pretende fazer com o dinheiro da venda da Codemig é literalmente jogar dinheiro no ralo. O governo do Estado não vai ter condições de arrecadar um volume de recursos que realmente venha a resolver o problema do caixa do Estado. O governo do Estado vai vender aquela empresa, que é considerada, deputado Lafayette de Andrada, a mais rentável do Estado. E quero aqui dizer que, diferentemente do que o governo tem procurado vender para a sociedade, os deputados, em 2009, aprovaram um outro tipo de venda, em que apenas empresas com participação direta ou indireta na União, no Estado e nos municípios poderiam comprar. O que pretendemos agora, deputado Bonifácio Mourão, é cobrar coerência daqueles que durante anos subiram à tribuna, que eram contra a venda de qualquer ativo do Estado, e que, neste momento, levantam a bandeira dos mineiros: vender a Codemig é uma irresponsabilidade deste governo.

O que o governador deveria fazer é diminuir a quantidade de cargos que existe naquela empresa, com altos salários. O governador do Estado está mentindo e iludindo os servidores do Estado quando diz que vai vender os títulos da securitização da dívida pública para fazer caixa para pagar salário. É mentira! Quando prometeu que as ações do fundo imobiliário seriam vendidas rapidamente e iriam para o caixa do Estado, é mentira. Esse governo é irresponsável, não tem planejamento, deputado Gil Pereira. V. Exa. apresentou algumas emendas, mas, se o governo tivesse responsabilidade, deputado Roberto Andrade, havia acolhido as nossas emendas, que são para beneficiar os servidores do Estado nas áreas da saúde e segurança pública e em outras mais. Esse governo é uma farsa. A próxima farsa, já aviso aqui e lamento profundamente, deputado Rogério Correia, é que esse governo, mais uma vez, vai passar os servidores do Estado para trás, não vai cumprir com os seus compromissos na próxima quinta-feira, não vai anunciar escalonamento algum e pior, se anunciar, vai ser um escalonamento que não poderá cumprir.

Portanto, presidente, quero dizer que votaremos contrariamente. Somos a favor da venda de algumas empresas do Estado. Mas, da forma como está sendo feita a venda da Codemig, seremos sempre contrários. Esperamos o apoio aqui de todos os parlamentares, independentemente de serem do governo ou não, que votem contrariamente a esse assalto que o governo vai fazer com o Estado de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, estamos aqui, hoje, vendo um governo de esquerda, um governo popular, democrático, privatizando 49% de uma empresa estatal. Pergunto primeiro ao deputado atuante que está aqui qual a sua posição nesse projeto? Hoje, é aniversário de Araxá. Setenta e cinco por cento da renda da Codemig vêm da mina de nióbio de araxá, o resto é conversa fiada. O que vocês estão fazendo aqui é o que fizeram a vida inteira. Antes do PT era o PCdoB; depois, outros tantos partidos, como o PDT. É o tal do entreguismo que vocês da esquerda costumam falar. Vocês estão simplesmente privatizando o nióbio do Estado de Minas Gerais. Um governo social de um guerrilheiro com outra guerrilheira, privatizando o nióbio do Estado de Minas Gerais.

Cadê o Barbosa? Cadê o menino, o filho do Irani Barbosa? Está por aqui? Ele, inclusive, é o responsável aqui por querer pagar as contas de Minas com o nióbio. Pergunto ao PMDB do Iran: Vão vender 49% do nióbio de Minas? A Codemig é uma empresa de boquinha. Existe salário lá de R\$92.000,00, de R\$42.000,00, de R\$54.000,00, de R\$70.000,00. Existem também os estagiários de R\$1.700,00, de R\$1.300,00. Aí o Castello Branco faz a média do salário da Codemig e diz que é R\$12.000,00. Mas todos eles estão ganhando R\$42.000,00, R\$52.000,00 – há uma lista em meu gabinete –, porque ela é uma estatal, é para atender os apaniguados, seja do PSDB, do PT, do P não sei de quê. O que esse povo, nessas estatais, ficam fazendo é pegando boca, é dinheiro. Outra coisa, serve para fazer mutreta. Então, tem de privatizar isso tudo mesmo. O problema é que o governo que está pedindo a privatização é o governo que a vida inteira foi estatizante.

Sabem por que vou votar contrário? Porque, digo a vocês: Era menino quando via aquela novela Pecado Capital, quando o taxista, o Francisco Cuoco, abriu aquela mala de dinheiro – as notas de 100 eram vermelhas.

Eu escutava aquela música: “Dinheiro na mão é vendaval, dinheiro na mão é tentação”. Eu? Entregar um dinheirão desse para o PT moer o nióbio de Minas Gerais? Sei lá o que eles vão fazer com esse dinheiro! É a privatização na hora errada, é a privatização de que o dinheiro vai desaparecer. É igual aquele Mr. M que fazia magia no *Fantástico*, vai sumir o dinheiro. E os mineiros não vão ver nem Centro Administrativo, como o Aécio fez, não vão ver nada. Vão desaparecer 50% do nióbio de Minas Gerais, e vocês não sabem o que eles vão fazer com o dinheiro. Imaginem o Pimentel com a turma do PT olhando bilhões na mão, sem obrigação de colocar em lugar nenhum, depois de vender a Codemig no mercado. Quem vai comprar a Codemig? Vai ser o dono do nióbio de Araxá, por meio dos bancos, a família Moreira Salles? Que negociatas poderá haver? O PT tem credibilidade, moral e ética para propor privatização e venda de alguma coisa? Ou vocês não escutam as falas do Palocci, do Lula, do Delcídio e de quem quer que seja, da turma mentora de vocês?

Sou a favor da privatização, mas vou votar contra, porque dinheiro na mão do PT é vendaval, é tentação. Não podemos entregar bilhões na mão desse partido sem compromisso de para onde vai esse dinheiro. Esse processo de privatização me cheira a interesses ocultos, como diria Jânio Quadros ou o Dr. Brizola, forças ocultas estão por trás disso. Não consigo enxergar, porque não sou vidente, não sou pai de santo, então, tenho de desconfiar e não vou votar nisso, embora seja a favor de privatizar tudo.

Quando acabar a era Pimentel, teremos R\$40.000.000.000,00 de déficit, se não for mais, se não forem R\$45.000.000.000,00. Aí vende-se a Cemig, vende-se a Copasa, vende-se tudo e não paga o déficit dos quatro anos de governo dele – o povo tem que saber disso –, porque eles vão levando o Estado desequilibradamente e vão tocando isso para frente. Eles estão vendendo tudo, vão rapar o tacho, porque querem dinheiro para ganhar a eleição. Esse dinheiro da Codemig vai para ganharem a eleição, não vai para benefício dos mineiros. É um projeto eleitoral de quem está rapando o tacho para ver se ganha a eleição, para ver se solta obra para comprar os outros, para ver se continua no poder.

Não podemos votar nesse projeto. Imaginem só o PT indo à Bolsa de Valores, ao antro do capitalismo, segundo eles, ao antro dos gananciosos capitalistas. Vão estar lá o Helvécio, o Castello Branco, o José Afonso, o Pimentel, batendo assim: “Codemig vendida na Bolsa de Valores de São Paulo”. Pin! E o PT, na foto, bonitinho, sorrindo.

Vocês não têm vergonha na cara, não? Que partido contraditório, que não tem coerência! Porque sou privatista. Vocês vendendo a Codemig para ganharem a eleição e querem que eu vote nisso para esse dinheiro sumir no ralo? Graças a Deus a Codemig fez esse Centro Administrativo, porque não vai sobrar nada dela. Vão moer o nióbio de Minas Gerais.

Sr. Presidente, esse é um projeto em que voto “não”, porque acho que é um oportunismo no último ano de governo privatizar essa companhia. Acho isso um absurdo. Um governo que não fala nem o que vai fazer com o dinheiro da Codemig – não se sabe o que vão fazer. Portanto, vou votar contrariamente a esse projeto, mas vou lá tirar fotografia – viu, Durval? – para ver o PT. “Vendida a Codemig para fulano de tal, na Bolsa de Valores de São Paulo, no antro dos capitalistas.” Esse é o PT entreguista.

Meu voto, Sr. Presidente, é contrário por isso.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/12/2017

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, procuramos esclarecer aos deputados o absurdo desta emenda, verdadeira excrescência, verdadeira aberração jurídica, escândalo verdadeiro cometido pelo atual governo do Estado. Estamos vendo que o governo não quer solucionar o problema, mas se eximir do problema. E esse problema não é só nosso.

Estamos vendo aqui, por exemplo, de pé, agora se sentou, o prefeito Julvan Lacerda, presidente da Associação Mineira dos Municípios – AMM. Ele está ali presente e poderia estar, inclusive, no anexo, mas não está, assim como não está fazendo *lobby* no ouvido de cada deputado. Ele está aqui testemunhando o inconformismo total dos municípios mineiros com essa emenda. Por que está testemunhando? Porque o governo Pimentel está dizendo que reconhece o débito com os municípios e que não está repassando R\$2.500.000.000,00, que é direito dos municípios. Enquanto isso, os municípios estão sofrendo, com todas as pessoas carentes às portas das prefeituras e, muitas vezes, às portas das casas dos prefeitos, porque as pessoas carentes e doentes não têm conseguido se internar ou sequer se tratar das suas enfermidades nos hospitais municipais. E qual é a causa disso? A causa é que o governo atual não repassa os recursos a que os municípios têm direito.

Então, nós, deputados no momento, ou nos colocamos do lado do governo com essa emenda esdrúxula, ou nos colocamos do lado dos municípios. E agora está ali, de pé, Julvan Lacerda, presidente da AMM. Nós, Julvan Lacerda, liderados pelos deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, estamos nos colocando para votar “não” a essa emenda esdrúxula, que prejudica não só os municípios, não só os prefeitos, mas, sobretudo, a população mais carente de Minas Gerais, nessa emenda que rasga a Constituição Federal, particularmente o seu art. 165, e abusa da paciência dos municípios mineiros, de modo geral. É um governo totalmente insensível à situação dramática em que se encontram os municípios, particularmente na área da saúde.

Queremos, por justiça, fazer referência ao deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, que aqui está e que, junto com o deputado Antônio Jorge e com todos da Comissão de Saúde, clamamos, dia e noite, por justiça aos municípios de Minas Gerais, particularmente na área da saúde. “Não” a essa emenda.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Com todo o respeito e consideração, poderia dizer ao amigo Bonifácio Mourão que estamos aqui há seis mandatos juntos, ele com uma interrupção em função da Prefeitura do Município de Governador Valadares, que a sua intervenção não tem nada a ver com o que vamos apreciar.

A intervenção dele não tem nada a ver com a emenda que vamos apreciar. O parágrafo único diz: “Os montantes devidos pela União, referentes às perdas do Estado, com as desonerações de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados e da apropriação de créditos na aquisição destinada ao ativo imobilizado a serem calculados e pagos, conforme a determinação do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a ADO nº 25,

assegurarão o pagamento dos empenhos relativos às despesas de saúde não pagos até 31 de dezembro de 2018”. Olhem bem. Aqui não estamos falando de dívida com o município, não estamos tratando das resoluções devidas ao município nem dos procedimentos a serem pagos no município, muito pelo contrário. Estamos acreditando que – e aqui está o relator, o guardião do orçamento – ao apreciar isso, ele vincularia o acerto que vai ser feito à garantia da priorização da saúde. Muito pelo contrário, essa é uma emenda que prioriza a saúde, que trata a saúde como destaque, então qual é o motivo disso? E, aí, acho que meu amigo Mourão falava de outra emenda.

Restos a pagar. Estou há 23 anos aqui. Já votei 22 orçamentos. Sempre existiram na questão da saúde, e, depois da obrigatoriedade do mínimo constitucional, da emenda constitucional, da PEC, que foi regulamentada pela Lei Complementar nº 141, essa lei complementar consagra que você pode transferir restos a pagar para o exercício seguinte. Para isso não precisamos de autorização. A lei federal já garante. E quando votamos o orçamento em abril de 2015 e fomos constatar o orçamento de 2014, havia R\$1.800.000.000,00 de restos a pagar. Então a discussão não é restos a pagar; a Lei Complementar nº 141 consagra. Eu acho que pelo contrário. E eu esperava que os companheiros e amigos da oposição votassem a favor. Nós já estamos dando a destinação daquilo que é estabelecido. Então acho que essa emenda é uma emenda de valorização da saúde, de resgate da saúde e da certeza que temos que uma decisão do Supremo, tomada por 11 a 0, vai garantir que ela seja cumprida e obedecida. Então acho que estamos falando de realidade diferente, porque aí o voto tem de ser pela manutenção da emenda, pela garantia da emenda, porque o governo demonstra sensibilidade, e o relator do orçamento, deputado Tiago Ulisses, quando apreciou isso, apreciou com essa preocupação, entendendo que estávamos aprovando uma garantia a mais para a saúde. É por isso que a emenda tem de ser mantida.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Serei muito rápido, presidente. Quero apenas defender essa emenda que garante o Pronatec. Sabemos da importância desse programa em todo o Estado de Minas Gerais, particularmente nas regiões mais pobres, garantindo assim a participação efetiva da sociedade, dos jovens no campo profissional.

Por essa razão, estamos defendendo essa importante emenda que vem garantir o Pronatec e a participação dos jovens. Também quero defender a Emenda nº 190, que é das *startups*, que garante a inovação tecnológica de todo o Estado de Minas Gerais, neste momento tão importante para a tecnologia.

Então, encaminhamos favoravelmente essas duas emendas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fabiano Tolentino – Sr. Presidente, nessa emenda estamos colocando R\$5.000.000,00 para destinação de construção de reservatórios de médio e pequeno porte em propriedades rurais, o que é muito importante. O texto do orçamento traz apenas dois reservatórios a serem feitos, o que é muito pouco. Com a escassez de água, cada dia mais precisamos ajustar a questão rural. Como somos do meio rural, sabemos da necessidade.

E ainda, Sr. Presidente, neste momento, já que estamos falando de água, quero falar da Copasa, que desrespeita os mineiros a todo momento. Temos de equilibrar as contas da Copasa, fazer as obras necessárias, além dos reservatórios; que a Copasa faça o que lhe é determinado, porque os mineiros sofrem. A Copasa cobra altos preços, uma taxa muito cara, mas não faz o que deveria ser feito. Em Divinópolis, minha cidade, pagamos coleta de esgoto mais de 50% estão pagos, mas o reservatório nunca é feito. A estação de água e de tratamento de esgoto nunca é feita, e estamos ficando no prejuízo, assim como várias outras cidades do Estado de Minas Gerais. Temos de pensar muito na preservação ambiental. Se não tivermos água, se não tivermos o reservatório, não teremos como produzir no Estado de Minas, que é o maior produtor. Não temos dúvida, somos o maior produtor de café do mundo, somos a 2ª maior potência de soja, somos a maior bacia leiteira. Então, precisamos ter água e qualidade do meio ambiente. Para isso, estamos ampliando o valor destinado aos reservatórios para R\$5.000.000,00. Acho muito justo, já que todos os deputados têm o lado do campo

e sabem da sua importância para o Estado de Minas Gerais, que possamos ampliar os recursos, porque somente dois reservatórios a serem feitos pelo governo, por meio da Secretaria de Estado, no ano, é muito pouco, Sr. Presidente.

Então, pedimos a ampliação para R\$5.000.000,00, para que possamos atender o homem do campo, aquele que planta de sol a sol, no dia a dia, que traz alimento para a nossa mesa. Se hoje tomamos café, se vamos almoçar, se vamos jantar, devemos ao homem do campo, e ele precisa da água, precisa de reservá-la. A água corre para o mar, toda a chuva que cai na terra vai para o mar, e se não preservarmos nem reservarmos essa água, não teremos como usá-la depois. É esse o pedido que faço a esta Casa, é uma emenda que vai agregar muito ao Estado. Estamos ajudando o Estado dessa forma. Assim como aqui não votaram para ajudar as prefeituras, e estava ali o Julvan, vamos votar agora para ajudar o Estado e assim produzir mais água, que é tão necessário.

É essa a nossa colocação, presidente, e peço para que votemos “sim” a essa emenda, que passe para R\$5.000.000,00, que também não é um valor muito alto, é um valor pequeno para o Estado de Minas Gerais, para podermos preservar águas e produzir mais no Estado, gerando mais riquezas, mais produtos, mais ICMS, e automaticamente ajudar esse estado, que é tão grande e tão bom de morar. Muito obrigado, presidente. Voto “sim” para que possamos melhorar a qualidade de vida do homem do campo.

O deputado Gustavo Corrêa* – Presidente, eu não queria encaminhar, mas, em função dos últimos acontecimentos em Plenário, quero, pasmem os senhores e as senhoras, destacar mais uma vez a incoerência deste governo. No outro encaminhamento, que ouvi atentamente, afirmou-se que o Supremo Tribunal Federal, por 11 votos a 0, determinou que os estados têm a receber da União a diferença da chamada Lei Kandir. Em nenhum momento do julgamento, o STF fala em valores; ele apenas solicitou e determinou que até o final do ano de 2017 os estados e a União buscassem um entendimento e chegassem a um valor comum. Caso não chegassem, aí, sim – entenderam, senhores e senhoras? –, o STF julgaria. Então, por enquanto não tem nada determinado.

Mais do que isso, quero entender por que só nessa emenda, na área da saúde, o governo do Estado quis dizer que os recursos da Lei Kandir serão para aquela ação. O engraçado, deputada Marília Campos, é que, pasmem os senhores, o governo tem gastado milhares e milhares de reais em publicidade, deputado Dalmo Ribeiro Silva, dizendo que tem mais de R\$100.000.000.000,00 para rever em função da Lei Kandir. Então, indago ao nobre guardião do orçamento, o relator, porque ele não reservou para todos os programas de todas as áreas um recurso maior. Quero entender isso. Vou dar um exemplo, deputado Tiago Ulisses. Há aqui um programa, o Irriga Minas, ao qual ele destinou R\$1.000,00, para atender uma família, enquanto estamos pedindo apenas R\$3.500.000,00, deputado Durval Ângelo. É muito pouco! Por que o governo não acolheu nossas outras mendas, deputado, já que a dotação está sobrando e se tem dinheiro sobrando da Lei Kandir, diferentemente do que estão falando aí?

O governo está fazendo é palhaçada com os municípios. Palhaçada com os municípios! Vai roubar, sucatear e não vai pagar o dinheiro, porque a Lei Kandir não existe. Palhaçada é querer vender uma ideia, como o governo está fazendo, publicando emendas... (– Intervenção fora do microfone.) Tenho o maior respeito por V. Exa. e sei que não foi V. Exa., deputado Durval Ângelo. O senhor sabe da admiração que tenho pelo seu trabalho. Mas palhaçada é o que alguns deputados estão fazendo com os prefeitos, prometendo emendas e dizendo que a Lei Kandir não é isso. Isso é balela. Balela! É por isso que a classe política está desmoralizada. Chega de prometer emendas e não cumprir e de dar tapinha nas costas para garantir voto, sobretudo aqueles que já estiveram do lado de lá e continuam do lado de cá – não mudaram, continuam do lado do PL.

Então, o que quero, minhas senhoras e meus senhores, é que, se os senhores votaram com tanta convicção na Lei Kandir, a partir de agora que se contemplem todas as emendas destacadas, que têm um valor pequeno, deputado Mário Henrique Caixa. Somados, os pedidos da oposição não perfazem nem R\$100.000.000,00. O Irriga Minas, gente, tem que ser contemplado. Estamos vivendo uma crise hídrica.

Então, meus amigos e minhas amigas, temos que parar com essa balela. Já que o dinheiro da Lei Kandir é tanto, vamos absorver todas as emendas da oposição aqui, que vão beneficiar milhares e milhares de mineiros. Não estamos pensando pequeno, estamos pensando grande. Mas lamento, porque o que foi aqui colocado não é a verdade. E muitas vezes as pessoas querem fazer

determinado discurso para vender uma verdade e achar que o povo vai acreditar. Mas quem conhece a lei a fundo vai saber exatamente o que estou dizendo. Inclusive, com voto do ministro Gilmar Mendes, que é criticado por alguns agora, e que ontem acolheu um pedido do PT. Será que o ministro Gilmar Mendes agora vai ser o bonzinho? Eu quero ver a coerência. Eu tenho mantido a minha coerência, nunca deixei de ser coerente. O povo me colocou na oposição. Eu defendi um governo e continuei defendendo. Quem sabe outros não o fizeram. Então só lamento.

Vou fazer a última colocação, deputado Tiago Ulisses: V. Exa., quando acolheu a emenda da Lei Kandir, lei que é a salvação de tudo para a área da saúde, podia ter colocado segurança pública, transporte, irrigação, agricultura e tantas outras áreas. Lamento que V. Exa. assim não tenha feito.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos* – Fiz questão de intervir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque estou recebendo várias ligações, mensagens de prefeitos e prefeitas, com a preocupação de que a Assembleia estaria votando contra os municípios. Vou votar a favor dessa emenda e não sou contrária aos municípios.

Vou ler a emenda. (– Lê:) “Art. 3º – As receitas do orçamento fiscal serão realizadas mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor. Parágrafo único – Os montantes devidos pela União referentes às perdas do Estado com as desonerações do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados e da apropriação de créditos na aquisição destinada ao ativo imobilizado, a serem calculados e pagos conforme determinação do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO nº 25 –, assegurarão o pagamento dos empenhos relativos a despesas de saúde não pagos até 31/12/2018.”

Os empenhos não são apenas aqueles que devemos aos municípios. O que o governo está assegurando é que aquilo que vier proveniente da Lei Kandir será assegurado para pagar os empenhos, não necessariamente aqueles que o Estado deve aos municípios.

Então aqui não há uma discussão de município. Existe um mal-entendido, e a oposição está fazendo uma guerra, como se nós não tivéssemos compromisso com os municípios. E é importante que se esclareça esse debate.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Nessa emenda, estamos solicitando R\$600.000,00 na Ação nº 4182 para a assistência aos produtores rurais. É mais um projeto para valorizar principalmente a Emater, que é muito importante para o Estado de Minas na promoção do setor agropecuário.

Falando nisso, Sr. Presidente, vemos que esse setor gera, segundo a metodologia do governo do Estado, 30% do PIB, mas, segundo a nossa metodologia, gera, no mínimo, 70%, 80%, porque serviços, comércio, indústria, que têm tudo a ver com a agropecuária, não são computados no PIB. Esse setor que gera 70% do PIB está pegando, deputado Bonifácio Mourão, apenas 0,60% do orçamento, ou seja, menos de 1%. Em um orçamento de R\$100.609.000.000,00, ficou apenas com R\$559.000.000,00. O orçamento é de bilhões, mas ele ficou com milhões, apenas com 0,60%.

Depois, na Função 21 – organização agrária – ficou com R\$2.268.000,00, que também não é nada. Não consigo entender como este governo ainda fala em incentivar reforma agrária e invasão de terras produtivas em um momento em que nem recurso tem. Aliás, o governo desapropriou uma fazenda em Campo do Meio de 3.000ha de área produtiva, deputado Bonifácio Mourão, pagando R\$60.000.000,00. A juíza, que deu parecer pelo prosseguimento da ação, alega que há o dinheiro, mas não sei onde ele está. Certamente vai ser o dinheiro da Codemig, sabe, Gustavo Corrêa? Dinheiro da Codemig, não, mas da Lei Kandir.

O governo Pimentel está contando com o ovo dentro da galinha. Ora, essa galinha não vai botar o ovo que vocês estão esperando. Podem ter certeza disso. E, se for ovo de duas gemas, para o governo ainda vai ser pouco. Mas isso não vai acontecer, as coisas não são bem assim. Primeiro, antes o governo exportava impostos. Ora, impostos ninguém compra, por isso o Brasil não tinha

competitividade na exportação, e, depois que o governo criou a Lei Kandir, surgiu essa competitividade. Hoje o Brasil é um grande exportador de *commodities*, é lógico: café, soja, aço, ferro, minério, e assim por diante. A verdade é que essa foi uma grande veia.

Não sou contra, sou a favor dos municípios. Realmente precisa haver compensações para os municípios. E hoje vimos uma demonstração aqui e percebi ser muito equivocada. Os deputados vão atrás dos prefeitos, vão atrás das prefeituras, vão buscar apoio político, mas, na hora em que o prefeito precisa do socorro, o deputado trabalha contra a prefeitura. Considerando-se todos os governadores do passado – tem de pensar no período de Newton Cardoso para cá –, vemos que o Newton realmente extrapolou, mas nem isso ele chegou a fazer. Ele não pegou ICMS de ninguém. Já o Pimentel bate o recorde. Ele pega tudo: o dinheiro dos municípios, da saúde, da educação, do transporte de alunos, enfim, de tudo, e ainda faz a apropriação indébita do ICMS. Que absurdo!

Quando eu era prefeito da minha cidade, sofriamos muito, pois ficávamos contando moedas para chegarmos ao final do mês e pagarmos ao funcionalismo em dia. Aí vinha um precatório, era uma cacetada. Depois outro problema: uma dívida do INSS, outra cacetada. Mas a gente confiava em que o que estava na programação do ICMS e do fundo de participação chegava. Agora o prefeito não pode contar nem com o ICMS, que é dele, deputado Bonifácio Mourão. Os prefeitos já estão preocupados com o IPVA. Acho que o governo também vai passar a mão nele. Como dizia o deputado Sávio Souza Cruz, vai limpar o tacho até do IPVA, que está chegando agora em janeiro. A posição deste governo causa-nos preocupação.

Então, gente, este governo vai investir – está aqui previsto – apenas 0,60% do orçamento na agricultura. Vamos, então, fazer um complemento com essas emendas. Por exemplo, o governo não colocou nada para a pesquisa da Epamig; a pesquisa agropecuária praticamente não tem recurso, e o que tem foi colocado aqui pelo relator, Tiago Ulisses, também a nosso pedido. Há muito pouco recurso para a pesquisa. Então, precisamos evoluir nesse orçamento e, para isso, estamos apresentando essa emenda agora, a fim de que seja um gesto para a Emater poder trabalhar mais o setor agropecuário.

Então, contamos com vocês. É o momento ainda de recompor parte desse orçamento. Retirem da comunicação, como está nessa emenda, e coloquem esses recursos para que a Emater promova ainda mais a agricultura familiar, como diz o Rogério. Então, Rogério, é hora. Vamos votar a favor dessa emenda, a fim de pôr dinheiro para a promoção do setor agropecuário. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Estou apresentando uma emenda destinando R\$5.000.000,00, na Ação nº 4.673, que também seria divulgação governamental, para a promoção da cadeia produtiva do café, que seria no Fundo Estadual do Café. O nosso café hoje é o maior gerador de empregos no Estado e talvez no Brasil e só em Minas Gerais gera, direta e indiretamente, mais de 3 milhões de empregos. O nosso café hoje virou a vedete, pois é de qualidade especial. O café mineiro está nas mãos de vários países, das melhores torrefações, e fazendo bonito. Podemos dizer que o nosso café hoje é campeão mundial. O Brasil é o maior produtor mundial de café; e Minas Gerais produz mais de 3 milhões de sacas. Podemos dizer que 70% desse café são de muito boa qualidade.

Portanto precisamos valorizar mais o nosso produtor e a atividade agropecuária. Além disso, que o governador tenha um olhar diferente e corrija as falhas do ano. Aliás, muitas estão ligadas ao produtor rural. Há muita propaganda. Realmente tiramos o chapéu para as propagandas do governo, pois são muito bem-feitas. Quando se fala de Emater, parece que é a coisa mais linda. A Emater é bonita, mas está fina, afinou, emagreceu tanto que está definhando, porque hoje é 1 técnico para 800 produtores. É impossível fazer promoção e difusão da tecnologia. Precisamos muito de recursos na área, e que, no próximo ano, em 2018, o governo pense diferente, valorize a propriedade, o direito de propriedade – aliás, o direito de propriedade tem de ser a tônica desse governo – e corrija as falhas que incentivam invasões, atrito no campo e problemas tão sérios como esses. Mais cedo, falou-se de dois sem-terras de Campo do Meio. Disseram que a ficha deles é criminal, aliás, com sequestro e não sei mais o quê. Deputado Durval Ângelo, aprendemos a conhecê-lo. É blefando toda a hora. Blefe em cima de blefe.

A ficha daqueles dois sujeitos que hoje foram encaminhados coercitivamente até a delegacia de Campo do Meio é limpa. São produtores, com mãos calejadas, sofridos e humilhados e hoje estão sendo perseguidos pelo Estado de Minas Gerais, com ação

direta da Polícia Civil. Essas duas pessoas, homens trabalhadores e limpos, com ficha limpa – se alguém precisar podemos depois passar –, foram hoje aqui denegridos nesta Casa, disseram que eram bandidos e ladrões, para convencer vocês a mudar todo um posicionamento, um pensamento sobre o que são hoje esses conflitos agrários em Minas Gerais. Graças a Deus, por meio de nossas ações aqui, compreendidas por vários deputados, inclusive o deputado João Magalhães, lá na Comissão de Administração Pública, pudemos parar esse projeto, que incentiva as ocupações de terras e cria dificuldade na hora de a pessoa fazer reintegração de posse. Esse projeto está guardado na gaveta e espero que ele não ressuscite no ano que vem.

Então, minha gente, estamos atentos na defesa do direito à propriedade, acima de tudo. Com seriedade, com trabalho, com recursos, com investimentos, o produtor faz a diferença. Essas propriedades invadidas, que caíram nas mãos do Movimento dos Sem Terra, têm pouquíssima produção. Não sou contra movimento de sem-terra nem contra trabalhador que tem a mão calejada e que quer pegar na sua ferramenta, no seu trator e quer produzir. Esse precisa ter terra. O governo tem muitas terras devolutas. Vamos ocupá-las. É só olhar o orçamento para percebermos que colocam pouquíssimo recursos para fazer a legalização dessas terras.

Então, na realidade, queremos reforma agrária real, verdadeira. O homem de mão calejada, que pega a sua terra, desenvolve, produz, faz emprego e renda, não faz parte desse projeto. O que faz parte é usar um monte de gente como massa de manobra para vir aqui e fazer manifestações todos os dias, como vi há poucos dias. Conversei com vários, mas não sabiam que eu era deputado. Perguntei-lhes o que vieram fazer aqui. Responderam-me que não sabiam, mas que vieram se manifestar. Perguntei-lhes contra o que vieram se manifestar. Responderam-me que não sabiam e que o pessoal da pauta chegaria mais tarde.

Esses dois sem-terras que denunciaram hoje estão sendo perseguidos. Denunciaram esse movimento que hoje não representa seriedade nem respeito ao direito à propriedade. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Todos consideramos o problema das drogas como um desafio talvez global e muito pertinente ao nosso território. O fundo estadual de entorpecentes está criado há vários anos e deveria ter uma gestão intersetorial. Vejam, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a previsão é de R\$1.000,00 no fundo estadual de entorpecentes. Estamos propondo um recurso que, para o câmputo geral do orçamento, é muito pequeno – R\$1.000.000,00.

Também queria sinalizar que recebi ligações de gestores da saúde que não estão acreditando na tal Emenda nº 386. Quero dizer à deputada Marília e ao deputado Durval, com muita gentileza sempre, que é, sim, restos a pagar, recurso que tem a ver com o município. Do montante de restos a pagar, deputado Dalmo, 70% são relativos a dívidas com os municípios mineiros. Para qualquer barrigada que dermos aqui nos restos a pagar, daremos uma embrulhada nos municípios mineiros até o final de 2018.

Há uma questão no texto que não deixa dúvidas, porque o verbo é muito assertivo. Quando esta Casa aprova, sem o meu voto, sem o voto da oposição, que os restos a pagar da saúde, que são essencialmente dívidas com municípios, serão assegurados por recursos advindos de uma ação que tramita no STF, estamos, por negativa, dizendo que, se não for assegurado, não há fonte para esses recursos. Portanto, a questão é absolutamente cristalina. Tem a ver com os municípios, sim. Votaram contra o interesse da saúde, contra o interesse dos municípios, e estamos deixando os municípios descobertos, caso essa lei não seja aprovada.

O deputado Lafayette de Andrada aprovou com o apoio unânime desta Casa uma lei que resolveria isso. Se a intenção é priorizar a saúde, a lei do deputado Lafayette de Andrada já prevê isso. A lei diz que os recursos advindos do acerto de contas serão usados prioritariamente na saúde, mas aqui, não, aqui está dizendo que serão assegurados. Não há outra fonte. Dá para duvidarmos ou até o contrário, dá para ter convicção do que vai ocorrer com os municípios em 2018.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/12/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos, ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Andreza Wagmacker de Miranda, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Antônio Carlos de Assis Gomes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fred Costa;

nomeando Rosângela de Fátima Gomes Oliviera, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

**ERRATAS****PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.677/2016****Comissão de Administração Pública**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/12/2017, na pág. 137, no § 9º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, a que se refere o art. 79 do Substitutivo nº 1, onde se lê:

“que não observarem o disposto no *caput*”, leia-se:

“que não observarem o disposto no § 8º”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.677/2016**Comissão de Redação**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/12/2017, na pág. 140, no § 9º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, a que se refere o art. 29 do supracitado projeto, onde se lê:

“que não observarem o disposto no *caput*”, leia-se:

“que não observarem o disposto no § 8º”.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.882

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/12/2017, na pág. 12, no § 9º do art. 225 da Lei nº 6.763, de 1975, a que se refere o art. 29 da supracitada proposição, onde se lê:

“que não observarem o disposto no *caput*”, leia-se:

“que não observarem o disposto no § 8º”.